

HABEAS CORPUS Nº 548.504 - MG (2019/0356560-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **LEONARDO BARBOSA CHIODETO**
ADVOGADO : **LEONARDO BARBOSA CHIODETO - MG153413**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **FRANCIS TAINARA COSTA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FRANCIS TAINARA COSTA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.132439-1/000).

Os autos dão conta de que a paciente foi condenada, por infração aos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena de 8 (oito) anos de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado, além do pagamento de 1.200 (mil e duzentos) dias-multa, tendo-lhe sido negado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 67/88), isso porque, segundo narra a denúncia (e-STJ fls. 23/26):

[...] que no dia 09 de agosto de 2018, por volta das 19h30min, no Bar do João Mineiro, localizado no Sítio João Mineiro, na Rodovia MG 455, nesta Cidade e Comarca, DIEGO GABRIEL DOS SANTOS BELIZÁRIO MOREIRA e ALAOR CARLOS DOS SANTOS adquiriram, transportaram, traziam consigo drogas, mas especificamente maconha, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, vide laudo preliminar de fls. 26/27 e, laudo definitivo de fls. 111/112.

Consta ainda, que nas mesmas circunstâncias supradescritas. DIEGO GABRIEL DOS SANTOS BELIZÁRIO MOREIRA e ALAOR CARLOS DOS SANTOS se associaram para praticar o crime de tráfico de drogas, descritos no parágrafo anterior.

Consta também, que no dia 09 de agosto de 2018, por volta das 19h30min, no Bar do João Mineiro, localizado no Sítio João Mineiro, na Rodovia MG 455, nesta Cidade e Comarca, DOUGLAS ALCANTARA DA SILVA, FRANCIS TAINARA COSTA e REBECA DÉBORA BALSANTE venderam, expôs à venda, tinham em depósito, guardavam, drogas, a saber maconha e cocaína, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme laudos preliminares, de fls. 28/29, 30/31, 32/33 e, laudos definitivos, de fls. 107/108, 109/110, 113/114.

Consta por fim, que nas mesmas circunstâncias em epígrafe, DOUGLAS ALCANTARA DA SILVA, FRANCIS TAINARA

COSTA e REBECA DÉBORA BALSANTE se associaram para praticar o crime de tráfico de drogas, descritos no parágrafo antecedente.

Segundo o caderno investigatório, DIEGO foi procurado por uma pessoa denominada "Patrícia", a qual não foi identificada, para vir até esta urbe comprar 08 (oito) quilos de maconha e transportar o entorpecente até Pouso Alegre/MG, onde a droga seria entregue a mesma, sendo que o denunciado receberia R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pelo traslado da maconha.

Deste modo, DIEGO procurou por ALAOR, tendo em vista que o mesmo possuía carro (VW/GOL MI, cor vermelha, placas JYO-4129), e então se associaram para o fim de buscar, adquirir e transportar a droga, sendo que o primeiro pagaria ao segundo R\$300,00 (trezentos reais) pelo auxílio.

Segundo apurado, além da coautoria no transporte do entorpecente, ALAOR ainda cedeu o seu próprio telefone celular para DIEGO, o qual através do aplicativo WhatsApp entrou em contato com FRANCIS, sendo que na rede social a mesma utilizava o vulgo de "D Nai", e então DIEGO negociou com a mesma a compra e venda de oito quilos de maconha, tendo FRANCIS passado as coordenadas de onde entregaria a droga (Bar João Mineiro).

Desta feita, DIEGO e ALAOR associados para o fim de transportarem a maconha, saíram de Pouso Alegre/MG, por volta de 18h00min, do dia 09/08/2018, e se dirigiram para o local acordado, chegando no Bar do João Mineiro por volta das 19h30min.

Segundo apurou-se, no Bar do João Mineiro, estavam DOUGLAS, FRANCIS e REBECA, responsáveis pelo local, sendo que quando DIEGO e ALAOR ali chegaram, DIEGO procurou por FRANCIS, a qual, pediu que DOUGLAS fosse com ALAOR buscar a droga encomendada, o que foi feito.

DOUGLAS e ALAOR então se dirigiram até uma estradinha de terra, próxima de uma igreja, onde o primeiro mandou o segundo espera, e então entrou em uma plantação de bananeiras pegando um saco preto com 5,015 kg de maconha (e não os oito acordados) e entregou a ALAOR, sendo que ao retomar onde os demais denunciados se encontravam FRANCIS pediu que DIEGO e ALAOR fosse embora para "evitar problemas com a polícia".

DIEGO e ALAOR então saíram do local com destino a Pouso Alegre/MG, local onde entregariam a maconha a solicitante, contudo, devido a falta de combustível, os denunciados ficaram parados na estrada que interliga Santa Rita de Caldas/MG e Ibityúra de Minas/MG.

Apurou-se, ainda, que uma viatura da Polícia Militar passava pelo local onde o carro de ALAOR e DIEGO se encontravam, e haja vista a suspeita de terem algo ilícito os abordaram, encontrando com os mesmos um saco plástico preto contendo vinte tabletes de maconha e uma sacola branca com farelos de maconha, que juntas totalizavam

5,015 kg do entorpecente.

Adiante, os policiais militares se deslocaram para o local em que DOUGLAS, FRANCIS e REBECA haviam se associado para a prática do tráfico, isto é o Bar João Mineiro, e lá chegando os policiais encontraram com DOUGLAS a quantia de R\$ 643,00 (seiscentos e quarenta e três reais) em cédulas diversas, e uma caderneta contendo anotações aparentemente referentes ao tráfico de entorpecentes; com FRANCIS foi encontrado 10 (dez) papелotes de cocaína, o qual estava em sua cintura. Durante as buscas, os militares também encontraram mais um tablete de maconha embaixo de uma pedra localizada na área externa do estabelecimento e dezoito papелotes de cocaína enterrados em um canteiro, sendo que a terra estava "toda fofa" indicando que havia sido mexida a pouco tempo.

Averiguou-se, ainda, que DOUGLAS era o dono do bar, e REBECA a sua companheira, sendo que FRANCIS era funcionária.

Verificou-se também, que DOUGLAS, quando dos fatos, estava em cumprimento de pena por tráfico ilícito de drogas, além de está sendo processado em outros autos pelo mesmo crime, vide fls. 72/74.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 90):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA AO TRÁFICO - NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO - ORDEM DENEGADA.

- A negativa do direito de recorrer em liberdade deve ser fundamentada com base em argumentos concretos que justifiquem a necessidade da segregação cautelar. Inteligência do §1º do art. 387 do CPP.

- Verificando-se a presença de fundamentação idônea no decreto condenatório, sobre a necessidade de manutenção da prisão cautelar, impõe-se a denegação da ordem, por ausência de constrangimento ilegal.

- Ordem denegada.

No presente *writ*, a defesa afirma que "*para a decretação da prisão é necessário o periculun libertatis e o fumus commissi delicti, ambos devem ser preenchidos de forma unânime, todavia no caso em vertente não é auferido nenhum dos dois, pois existe duvida sobre o delito e ainda, pelo lapso temporal em que a*

paciente encontra-se presa, não há que se falar que sua liberdade traz perigo, pois todas as etapas do processo se fundaram, alinhado ao a isso temos, que a paciente tem apenas 19 anos é primária e de bons antecedentes" (e-STJ fl. 6).

Alega que "o requisito da prisão foi a 'Garantia da Ordem Pública', que na atual conjectura não existe mais, pois a paciente como acima já mencionado está presa a cerca de 1 ano" (e-STJ fl. 6).

Acrescenta que, "com base nos elementos anexados, é possível verificar que existe a possibilidade de absolvição e na pior das hipóteses de deferimento do tráfico privilegiado, o que por si só resultaria na sua liberdade, tendo em vista ter cumprido 1 ano e 3 meses de pena" (e-STJ fl. 8).

Sustenta que "é necessário que seja a requerente Francis liberada mediante a ordem de habeas corpus, pois é primária e de bons antecedentes, sempre possuiu ocupação lícita e residência fixa, ademais não constitui ameaça ao bom andamento processual, tão pouco a investigação e produção de provas" e que, "segundo a dicção do art. 33, § 2º, alínea b, do CP, a pena até 8 anos é cumprida em regime semiaberto, todavia, sequer era para a paciente permanecer reclusa" (e-STJ fls. 10 e 11).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, que "seja determinada a revogação da prisão preventiva, imposta à paciente em comento, tendo em vista o excesso de prazo no que tange a prisão, concedendo o direito de recorrer em liberdade, OU que seja fixado O REGIME SEMIABERTO tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, b, do CP" (e-STJ fl. 20).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator